

TITULO I

CAPITULO I

DA SOCIEDADE E SEUS FINS E DURAÇÃO

Artigo 1.º Fica constituida em São Paulo a sociedade anonyma Companhia Italo-Brasileira de Industria e Commercio, que aqui terá seu domicilio e fôro, podendo crear agencias ou filiaes, onde convier e de accôrdo com as resoluções da directoria.

Art. 2.º A sociedade terá por fim a exploração da industria do fabrico de biscoitos finos, doces, confeitos, caramelos e o mais que se relacionar com este ramo, bem como o commercio por atacado de generos do paiz, ou outros, conforme deliberar a directoria.

Art. 3.º A sociedade terá a duração de 30 annos, a partir de 1 de julho do corrente anno. Antes desse prazo só poderá dissolver-se por deliberação da assembléa geral, na fórma da lei, ou por sentença judicial, nos casos previstos no decreto n. 434, de 189.

Art. 4.º O anno social começará em 1 de janeiro e findará em 31 de dezembro.

Art. 5.º O capital total será de mil contos, dividido em 5.000 acções de duzentos mil réis cada uma.

Art. 6.º As acções, até serem integralizadas, serão nominativas, podendo, mais tarde, ser convertidas em acções ao portador.

CAPITULO II

Art. 7.º A sociedade será administrada por uma directoria composta de um presidente e um superintendente. A directoria, entre os accionistas, ou pessoas estranhas á sociedade, escolherá quem por sua competencia e idoneidade, melhor possa desempenhar as funcções de directores technicos e gerentes, sendo que uns e outros, porém, não fazem parte da administração social e ficam na dependencia das resoluções e ordens da directoria.

Art. 8.º Os cargos da directoria serão preenchidos por eleição, em assembléa geral ordinaria, e os mandatos respectivos duração por cinco annos, podendo ser reeleitos os respectivos titulares.

Art. 9.º A primeira directoria será constituida pela seguinte fórma:

Presidente, Dr. João Gonçalves Dente, advogado, proprietário, morador nesta Capital, á Avenida Paulista n. 55;

Superintendente, Egydio Dizioli, capitalista, proprietário, domiciliado nesta Capital á rua Amazonas n. 1.

Uma vez empossada a directoria desde logo, escolherá as pessoas que devem preencher os logares de gerentes e directores technicos.

Paragrapho unico. Os logares de directores technicos serão dous, correspondentes um a cada secção — Industrial e Commercial — e os gerentes também serão dous, cujas attribuições serão divididas e regularizadas pela directoria, em acta em que forem feitas aquellas designações.

Art. 10. Os membros da administração social, que são unicamente o presidente e o superintendente, bem como os demais accionistas que por ventura forem designados para os cargos referidos no art. 9º, paragrapho unico, não perceberão vencimentos. Poderão todavia retirar mensalmente até a quantia de oitocentos mil réis cada um, que lhe será debitada em conta especial, para ser liquidada annualmente com a verba de bonificação, de que trata o art. 24 destes estatutos ou com os dividendos, que forem attribuidos ás acções de que

respectivamente forem titulares, caso aquella verba para tanto não bastar.

Art. 11. Em caso de impedimento ou falta prolongada de um director, este designará o accionista que o deverá substituir, designação que fica dependente da aprovação de outro co-director; e, em caso de divergencia, será resolvida pela assemblea geral, que extraordinariamente será convocada para conhecer da divergencia e para designar o director que deverá substituir o impedido.

Art. 12. Ao presidente da sociedade incumbe:

- representar a, por si ou mandatario de sua escolha, activa e passivamente em juizo;
- determinar a ordem dos trabalhos da administração;
- representar a sociedade em todas as suas relações com sociedades congêneres, ou com os poderes publicos ou em todos os actos em que se tornar necessaria essa representação, tornando effectivas as deliberações da assemblea geral e da directoria;
- convocar as assembleas geraes ordinarias e extraordinarias e promover a formação dos balanços, relatorios e mais esclarecimentos que annualmente devem ser fornecidos ás assembleas geraes, praticando o mais que nos casos omissos fôr da attribuição dos presidentes das sociedades anonymas.

Art. 13. Ao superintendente incumbe a administração geral da parte commercial e industrial da sociedade, tomando conta da boa marcha dos negocios sociaes.

Art. 14. Os papeis e documentos que envolvam responsabilidade social, como sejam letras, ordens, cheques, contractos e outros da mesma natureza só terão valor juridico e só obrigarão a sociedade quando assignados pelos dous membros das directorias: presidente e superintendente. A correspondencia, que não envolver por si responsabilidade da sociedade, será assignada pelo superintendente ou por qualquer dos gerentes, designados pela directoria.

Art. 15. A caixa da sociedade ficará a cargo do superintendente que também terá as attribuições communs aos thesoureiros das sociedades anonymas. Os fundos da sociedade serão dirariamente depositados, em bancos da escolha da directoria.

Art. 16. A nomeação e demissão de empregados, a fixação de seus vencimentos, a determinação das horas de expediente e a distribuição de serviço, ficarão a cargo da directoria.

Art. 17. Além dos directores, existirá uma commissão fiscal composta de tres membros, que poderão ser accionistas ou não, eleitos annualmente em assembleas geraes ordinarias, a qual incumbirá todas as attribuições que por lei competem ás commissões fiscaes das sociedades anonymas. Os vencimentos dos fiscaes serão fixados annualmente pelas assembleas geraes

TITULO II

CAPITULO I

DAS ASSEMBLEAS GERAES

Art. 18. As assembleas geraes serão constituidas pelos accionistas e serão convocadas pela imprensa, com antecedencia de quinze dias, observando-se para a sua realização o disposto nos arts. 129 e seguintes do decreto 434 de 1891.

Art. 19. As assembleas geraes serão ordinaria ou extraordinarias. Aquellas funcionarão uma vez por anno, na segunda quinzena do mez de fevereiro, em dia designado pelo presidente; estas poderão ser convocadas a qualquer momento, pelo presidente da directoria ou deante de recusa deste, por accionistas preenchendo as exigencias das leis reguladoras das sociedades anonymas. A assemblea geral ordinaria terá por fim, annualmente, conhecer do balanço, contas, relatorios da directoria e parecer do conselho fiscal. As extraordinarias conhecerão dos assumptos que determinarem suas convocações e deliberarão sobre o que for nellas proposto pelos accionistas.

Art. 20. As assembleas geraes serão sempre presididas pelo presidente da sociedade, que convidará um accionista presente para secretarial-a. As decisões serão sempre tomadas por maioria de votos, salvo os casos exceptuados nas leis reguladoras das sociedades anonymas.

Art. 21. Nas assembleas ordinarias, de cinco em cinco annos, serão eleitos os membros da administração social e annualmente os membros do conselho fiscal.

Art. 22. As assembleas geraes tem poderes para resolver todos os negocios sociaes, tomar todas e quaisquer deliberações, approvar e ratificar todos os actos que interessam á sociedade, podendo mesmo alterar os estatutos.

Paragrapho unico. As decisões tomadas pelas assembleas geraes só serão annulladas nos termos e pela forma estabelecida no decreto 434 de 4 de julho de 1891, cujas disposições alias regularão todos os casos omissos nesses estatutos.

Art. 23. A directoria não poderá, sem autorização da assemblea geral, onerar bens sociaes, gravando-os com hypothecas e penhores, assim, como não poderá, em caso algum, aceitar, endossar ou affiançar titulos ou documentos de responsabilidade, em nome da sociedade, para negocios estranhos aos fins da mesma ou que não representem, effectivamente, transacções da sociedade.

CAPITULO II

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 24. Os lucros liquidados, que annualmente forem apurados, terão a seguinte applicação:

20 % de bonificação *pro-labore* á directoria, gerentes e directores technicos, quantia que será repartida igualmente entre todos, levando-se ao credito de cada um, respectivamente, a quota que lhe couber, para liquidação ou amortização da conta a que se refere o art. 10 destes estatutos;

20 % para o fundo de reserva;

60 % serão distribuidos entre os accionistas, como dividendos.

Art. 25. As chamadas de capital serão feitas á medida das necessidades da sociedade e de accordo com o que deliberar a directoria de modo, porém, que não se faça mensalmente chamada superior a dez mil réis por acção.

Art. 26. Todas as duvidas entre os gerentes e technicos serão resolvidas definitivamente pela directoria e quando esta não puder chegar a um accordo o serão pela assemblea geral. Nenhum acto praticarão os gerentes e technicos sem prévia aprovação da directoria, a quem communicarão todas as reclamações que tomarem em materia de serviço.

Art. 27. Os directores caucionarão, em garantia de sua gestão, vinte e cinco contos de réis cada um, em acções da sociedade.

Art. 28. As transferencias de acções serão assignadas nos livros respectivos pelo presidente da sociedade, juntamente com os interessados.

São Paulo, 1 de julho de 1919. — Dr. João Gonçalves Dente. — Maria G. de Faria Dente. — Egydio Dizioli. — Ermelinda Sigolo Dizioli. — João Manara. — Hermínia Campi Manara. — José Gonçalves Dente. — Raul Rodrigues. — José Pereira Lima. — Carolina Manara. — Theodora Manara. — Annila Manara.

RELAÇÃO DOS SUBSCRIPTORES DE ACÇÕES DA COMPANHIA ITALO-BRASILEIRA DE INDUSTRIA E COMMERCIO

Numero de ordem. — Subscriptores. — Profissões. — Domicilio. — Residencia. — Numero de acções. — Importancias totaes.

1.	Dr. João Gonçalves Dente, advogado e proprietario, São Paulo, avenida Paulista numero 55	1.000	200.000\$000
2.	D. Maria G. Faria Dente, proprietaria, São Paulo, avenida Paulista n. 55	500	100.000\$000
3.	Egydio Dizioli, capitalista, São Paulo, rua Amazonas n. 1	1.000	200.000\$000
4.	D. Ermelinda Sigolo Dizioli, proprietaria, São Paulo, rua Amazonas n. 1	500	100.000\$000
5.	João Manara, proprietario, São Paulo, rua Aurora n. 23	1.000	200.000\$000
6.	D. Hermínia Campi Manara, proprietaria, São Paulo, rua Aurora n. 23	500	100.000\$000
7.	José Gonçalves Dente, proprietario, São Paulo, rua Fortunato n. 44	100	20.000\$000
8.	Raul Rodrigues, proprietario, São Paulo, rua A. Carlos numero 3	50	10.000\$000
9.	José Pereira Lima, proprietario, São Paulo, rua Liberdade n. 16	100	20.000\$000
10.	Carolina Manara, proprietaria, São Paulo, rua Aurora numero 23	100	20.000\$000
11.	Theodora Manara, proprietaria, São Paulo, rua Aurora n. 23	100	20.000\$000
12.	Annila Manara, proprietaria, São Paulo, rua Aurora n. 23	50	10.000\$000
		5.000	1.000.000\$000

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL DE ORGANIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DA SOCIEDADE ANONYMA COMPANHIA ITALO-BRASILEIRA DE INDUSTRIA E COMMERCIO.

Ao primeiro dia de mez de julho de 1919, no predio numero vinte e tres, sobrado, da rua de São Bento, nesta Capital, ás quatorze horas, reunidos conforme prévia convocação por cartas, todos os subscriptores de acções da Companhia Italo-Brasileira de Industria e Commercio abaixo assignados, pelo incorporador, senhor João Manara, foi dito que o fim desta assembléa geral, era a organização e a definitiva constituição da sociedade e o preenchimento de todas as formalidades estatutadas na lei para dito fim; e, pois, pedia que os presentes escolhessem quem presidisse a assembléa geral, sendo aclamado para esse fim o senhor doutor João Gonçalves Dente que, mediante acquiescencia de todos os presentes, convidou para secretario o subscriptor Sr. José Pereira Lima. O Sr. presidente fez sentir á assembléa geral que estando subscripto todo o capital social, conforme a lista de subscrições que era offerrecida e que foi lida, e estando os estatutos assignados por todos os subscriptores de acções, a sociedade encontrava-se em condições de ser definitivamente constituída, uma vez que já fôra effectivamente realizado o deposito da decima parte do capital social conforme o conhecimento respectivo que passa a ler, tudo nos termos dos artigos sessenta e cinco e seguintes do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891; em seguida mandou o presidente que o secretario lesse tambem um por um dos artigos dos estatutos, que vão adiante transcriptos e que foram unanimemente accetos e approvados sem observação alguma dos socios presentes, pelo que todos os fundadores declararam expressamente ser sua vontade formar a Companhia Italo-Brasileira de Industria e Commercio, que fica pela presente acta e nos termos das leis em vigor definitivamente constituída para começar a vigorar de hoje em diante.

Foram eleitos fiscaes por unanimidade de votos da assembléa os senhores: Doutor Antonio Carlos Couto de Magalhães, advogado, residente á rua Arthur Pradon, 59; Raul Rodrigues, proprietario, residente á rua Antonio Carlos n. 3; e Geraldo Fincato, negociante, domiciliado á rua Prates n. 42.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a assembléa, sendo a presente acta lavrada em tres vias, uma no livro respectivo, duas em separado, todas assignadas por todos os subscriptores de acções, que o fazem pessoalmente com a declaração adiante dos respectivos nomes, do numero de acções de que são portadores. — Dr. João Gonçalves Dente, 1.000 acções. — Maria G. de Faria Dente, 500 acções. — Egidio Dizioli, 1.000 acções. — Ermelinda Sigolo Dizioli, 500 acções. — João Marana, 1.000 acções. — Hermina Campi Manara, 500 acções. — José Gonçalves Dente, 100 acções. — Raul Rodrigues, 50 acções. — José Pereira Lima, 100 acções. — Carolina Manara, 100 acções. — Theodora Manara, 100 acções. — Annieta Manara, 50 acções.

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA DA COMPANHIA ITALO-BRASILEIRA DE INDUSTRIA E COMMERCIO

Aos dezoito dias do mez de fevereiro de mil novecentos e vinte, na séde social, á rua Dona Deodéciana numero quinze, nesta Capital, presentes todos os accionistas da sociedade anonyma Companhia Italo-Brasileira de Industria e Commercio, para esse fim expressamente convocados por cartas e pela imprensa, pelo senhor presidente doutor João Gonçalves Dente, foi declarada aberta a assembléa extraordinaria, convidando para servir como secretario o accionista senhor Raul Rodrigues, que leu a acta da reunião anterior, a qual foi, sem debate approvada. Pelo senhor doutor presidente foi exposto que, como sabem os senhores accionistas, enviou ao Rio de Janeiro ao Ministerio da Agricultura, nos termos da lei, os papeis necessarios á obtenção da carta de autorização para que a nossa companhia possa funcionar no paiz, uma vez que, entre os artigos de sua industria se acha principalmente o fabrico de biscoitos, bolachas, caramellos, balas e confeitos, na forma de seus estatutos. Por despacho da repartição competente foi porém, determinado á nossa sociedade que preenchesse diversas formalidades, afim de obter a autorização impetrada. Assim, propunha á discussão e approvação da assembléa geral, ora reunida, os seguintes acrescimos nos dispositivos de nossos estatutos:

Ao artigo 17, acrescentar-se-ha: — A sociedade terá tambem tres supplentes de fiscaes, que serão eleitos na mesma época em que o forem os fiscaes e que terão as funções que lhes são attribuidas pelas leis reguladoras das sociedades anonymas.

Ao artigo 20, acrescentar-se-ha, ao paragrapho unico, o seguinte: — Cada acção dará ao seu titular o direito de um voto nas assembléas geraes e o accionista, terá nellas tantos votos quantas forem as acções que possuir.

Foram nomeados para os logares de supplentes ora creados, os senhores Antonio Picosi, José Falchi e Alfredo Antonio de Macedo, todos aqui domiciliados e residentes, o primeiro á rua L. Cruz, 58 o segundo á avenida Paulista 96, e o terceiro á avenida Tiradentes 174. A assembléa unanimemente approvou os accrescimos acima referidos, determinando que fiquem desde este momento incorporados aos nossos estatutos, nos logares indicados. E, nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente acta que lida e approvada vae assignada por todos os accionistas da sociedade. — Dr. João Gonçalves Dente. — Mario G. de Faria Dente. — Egidio Dizioli. — Erniclinda Sigolo Dizioli. — João Marara. — Herminia Campi Manara. — José Gonçalves Dentel. — Raul Rodrigues. — José Pereira Lima. — Carolina Manara. — Theodora Manara. — ~~Anna~~ Manara.